



Tribunal de Contas da União
Secretaria-Geral de Controle Externo

OFÍCIO 48348/2020-TCU/Seproc

Brasília-DF, 8/9/2020.

A Sua Magnificência o(a) Senhor(a)
Reitor(a) da Universidade Federal de São Paulo
Rua Sena Madureira, 1500 - Vila Clementino
04.021-001 - São Paulo - SP

Processo TC 037.067/2019-2

Tipo do processo: Prestação de Contas

Relator do processo: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Unidade responsável: Secretaria de Controle Externo da Educação

Assunto: Notificação de acórdão.

Magnífico(a) Reitor(a),

1. Informo Vossa Magnificência do Acórdão 8644/2020-TCU-Primeira Câmara, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, prolatado na sessão de 18/8/2020, por meio do qual o Tribunal de Contas da União apreciou o processo acima indicado.
2. Encaminho cópia do referido acórdão e da instrução da unidade técnica (peças 27 e 30), cujo inteiro teor também pode ser acessado no Portal do TCU (www.tcu.gov.br).
3. Por fim, solicito especial atenção às informações complementares que acompanham este ofício, bem assim para a necessidade de utilizar os serviços da plataforma Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico, acessíveis pelo Portal do TCU (www.tcu.gov.br) para resposta a comunicações e envio de documentos ao Tribunal. Esclarecimentos adicionais quanto ao processo indicado - cujo acesso aos autos também está disponível no Portal - ou à presente comunicação, podem ser obtidos junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc), em Brasília, telefone (61) 3527-5234, no horário das 13h às 17h, ou pelo e-mail cacidadesao@tcu.gov.br.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente

Maryzely Mariano

Chefe do Serviço de Comunicação Processual 1

(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc 1/2020)



Tribunal de Contas da União

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 1) O acesso aos autos pode ser realizado por meio do Portal do TCU (www.tcu.gov.br), ou por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, para as instituições que aderiram à solução, exceto no caso de processos/documentos sigilosos, cujo acesso depende de autorização da autoridade competente. Neste caso, deve ser formulada solicitação específica dirigida ao relator.
- 2) A juntada aos autos do instrumento de mandato, quando a parte for representada por procurador, é pressuposto essencial para a atuação do mandatário no processo, nos termos do artigo 13, § 2º, da Resolução - TCU 36/1995.
- 3) Constitui dever da parte, representante e procurador indicar, no primeiro momento de falar nos autos, o endereço eletrônico e o endereço residencial ou profissional onde receberão as notificações, bem assim atualizar essas informações sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva, conforme previsto no art. 77, inciso V, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Excerto da Relação 27/2020 - TCU – 1ª Câmara

Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 8644/2020 - TCU – 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 27-30).

1. Processo TC-037.067/2019-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2018)

1.1. Responsáveis: Anderson da Silva Rosa (314.058.508-09); Esper Abrao Cavalheiro (763.105.668-49); Isabel Marian Hartmann de Quadros (165.016.808-08); Lia Rita Azeredo Bittencourt (980.505.327-04); Murched Omar Taha (703.822.478-68); Nelson Sass (771.615.808-20); Pedro Fiori Arantes (200.309.708-22); Raiane Patricia Severino Assumpcao (245.777.308-39); Soraya Soubhi Smaili (103.057.328-03); Tania Mara Francisco (082.992.588-04)

1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Dados da Sessão:

Ata nº 28/2020 – 1ª Câmara

Data: 18/8/2020 – Telepresencial

Relator: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Presidente: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral PAULO SOARES BUGARIN

TCU, em 18 de agosto de 2020.

Documento eletrônico gerado automaticamente pelo Sistema SAGAS

TC 037.067/2019-2

Tipo: Processo de contas anuais, exercício de 2018.

Unidade jurisdicionada: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Responsáveis: Soraya Soubhi Smaili (CPF 103.057.328-03); Nelson Sass (CPF 771.615.808-20); Anderson da Silva Rosa, CPF 314.058.508-09; Pedro Fiori Arantes, CPF 200.309.708-22; Tânia Mara Francisco, CPF 082.992.588-04; Isabel Marian Hartmann de Quadros, CPF 165.016.808-08; Raiane Patricia Severino Assumpção, CPF 245.777.308-39; Esper Abrao Cavalheiro, CPF 763.105.668-49; Lia Rita Azeredo Bittencourt, CPF 980.505.327-04; Murched Omar Taha, CPF 703.822.478-68.

Proposta: mérito

INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de processo de contas anuais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), relativo ao exercício de 2018. O processo de contas foi organizado de forma individual, conforme classificação constante do art. 5º da então vigente Instrução Normativa-TCU 63/2010 e da Decisão Normativa-TCU 172/2018.
2. O Relatório de Gestão da Universidade encontra-se disponível nestes autos (peça 1).

HISTÓRICO

3. Como consta no Voto do relator Weder de Oliveira no [Acórdão 2607/2010-TCU-Plenário](#), a atuação do Tribunal deve concorrer, por meio do exame e do julgamento das tomadas e das prestação de contas, para o alcance dos objetivos institucionais e dos resultados das unidades jurisdicionadas, formulando encaminhamentos que possam contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública.
4. Assim, a presente análise da prestação de contas dos gestores será realizada enfocando-se os aspectos mais relevantes, de maior risco e de maior materialidade, considerando o Relatório de Gestão da instituição (peça 1), o Relatório de Auditoria nº 201900522, emitido pela Controladoria-Geral da União (CGU) à peça 6, e outros elementos trazidos aos autos, bem como o escopo definido de forma conjunta entre o Tribunal e a CGU (Ata à peça 11), que previa a avaliação da qualidade do gasto com serviços terceirizados, a exemplo de vigilância, apoio administrativo ou limpeza nas Universidades e Institutos Federais.

I. Avaliação da conformidade das peças que compõem o processo

5. A Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) da Universidade, em seu parecer (peça 3), registrou que ante a ausência de evidências de impropriedades nos atos administrativos praticados no exercício de 2018, má fé dos gestores ou indícios de fraude ou prejuízo ao erário, o parecer foi pela regularidade das contas (peça 3, p. 3).
6. O conselho Curador da Unifesp declarou que apreciou o Relatório de Gestão, e que o mesmo foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa em referência, e que, por unanimidade é favorável à aprovação das contas de 2018 (peça 4, p. 2).
7. O Relatório de Instância ou área de correição apresenta informações sobre o quantitativo de processos finalizados em 31/12/2018, informando também o quantitativo de processos com status de andamentos em análise processual, instaurados e em instrução (peça 5, p. 1-4).

8. A Controladoria-Geral da União (CGU), ao examinar a gestão dos responsáveis no relatório de auditoria, concluiu que (peça 6, p. 16):

a. não houve determinações/recomendações do TCU à Unifesp, com determinação específica à CGU para acompanhamento;

b. a Unifesp mantém rotina de acompanhamento das recomendações emanadas pela CGU e que, de acordo com dados levantados no Sistema Monitor, há dezessete recomendações em monitoramento;

c. no que se refere à conformidade das peças da prestação de contas do exercício de 2018, enviadas por meio do sistema e-Contas ao TCU pela Unifesp, constatou-se que o Relatório de Gestão e demais relatórios e pareceres estão em conformidade com as normas e orientações do TCU;

d. dentro do escopo do trabalho realizado, **não foram verificadas falhas** que tivessem impacto no alcance da missão da Unidade;

e. o Rol de Responsáveis está em conformidade com a legislação e com as orientações do e-Contas;

f. O Relatório da CGU não apontou achados, não sendo verificadas falhas. Dessa forma, não foram feitas recomendações (peça 6, p. 16).

9. No Certificado de Auditoria Anual de Contas (peça 7), o dirigente da CGU propôs o julgamento pela Regularidade.

10. O Ministro de Estado da Educação atestou haver regularidade das contas de todos os responsáveis tomado conhecimento das conclusões da CGU (peça 9).

II. Rol de responsáveis

11. Quanto ao rol de responsáveis deste processo (peça 2), considerando a evolução e aperfeiçoamento do modelo de prestação de contas, a necessidade da apresentação das informações sobre a gestão de forma consolidada em nível estratégico da Administração e de forma a garantir a transparência, a credibilidade e a utilidade das prestações de contas, foram mantidos no rol de responsáveis destes autos tão somente o Reitor, dirigente máximo da Universidade, e os ocupantes de cargos de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior, quais sejam, o Vice-reitor e os Pró-reitores, consoante análise realizada no termo de peça 14.

III. Processos conexos e contas de exercícios anteriores

12. À peça 15 foram analisados os processos eventualmente conexos às contas ora em análise, concluindo-se que nenhum deles impacta no presente exame e nos encaminhamentos que serão dados.

13. No que tange aos processos de contas de exercícios anteriores já julgados, na mesma peça 15 foi realizado o exame das deliberações proferidas, que, conforme o caso, serão retomadas neste processo caso se identifiquem ocorrências já anteriormente tratadas.

IV. PAINT e RAIN

14. O Plano e o Relatório Anual de Auditoria Interna (Paint e Raint) de 2018 da Universidade constam nas peças 16 e 17 respectivamente.

15. O Paint menciona que foi elaborado com base nas normas editadas pela Secretaria Federal de Controle Interno da CGU e o planejamento dos trabalhos de auditoria foi pautado em matriz de risco com base no histórico e percepções da Unidade de Auditoria Interna (peça 16, p. 2).

16. O Paint menciona que a auditoria interna é atividade independente desenhada para auxiliar a eficácia dos processos de governança interna (peça 16, p. 2), bem como constam informações quanto à sua estrutura (peça 16, p. 1).

17. Consta do Raint que a execução dos trabalhos realizados pela auditoria interna não sofreu

restrição nem influência indevida. Sendo que foi observada a independência e objetividade, nos termos do Intosai GOV 9140 (peça 17, p. 3). Foram realizadas ações de controle do exercício de 2018 sobre avaliação das políticas de governança e gestão de riscos implementados, da gestão da frota de veículos, dos planos de ensino das unidades curriculares dos cursos superiores de tecnologia em Radiologia, tecnologia em Informática em Saúde e Tecnologia Oftálmica (peça 17, p. 3), acompanhamento das recomendações emanadas da Controladoria Geral da União – CGU e monitoramento das recomendações emitidas pela unidade de auditoria interna (peça 17, p. 4).

V. Recomendações do Sistema de Controle Interno

18. Como subsídio à análise destas contas, inseriu-se à peça 18, o relatório do Plano de Providências Permanentes (PPP) da Controladoria-Geral da União.

19. Embora caiba ao Sistema de Controle Interno monitorar suas próprias recomendações, noticia-se que esta Secretaria de Controle Externo da Educação adotará ação na modalidade Acompanhamento para avaliar o atendimento, por todas as 68 Universidades, das medidas indicadas pela CGU e AUDINs.

VI. Governança e Controles Internos

20. Além dos mecanismos de Governança e Controles Internos informados no Relatório de Gestão (peça 1), foram juntados a este processo: Estatuto e Regimento Interno (peça 12); Regimento Interno da Comissão de Ética (peça 19); Plano de Integridade (peça 20); Política de Gestão de Riscos (peça 21); Plano de Desenvolvimento Institucional (peça 22); Relatório de Auto avaliação Institucional (peça 23); Relatório de atividades da Ouvidoria (peça 24).

VII. Indicadores de Gestão

21. Consta neste processo o relatório extraído do sistema SIMEC/Rede Federal acerca dos Indicadores do TCU, previstos na Decisão 408/2002 e atualizados pelos Acórdãos 1043/2006 e 2167/2006, todos do Plenário (peça 25).

22. É importante mencionar que tão logo a situação da pandemia do Novo Corona vírus (Covid 19) permita, será realizada ação de controle para reexame e atualização dos denominados “Indicadores do TCU” das Universidades, conforme proposta de fiscalização autorizada no TC 009.723/2020-0.

23. Nesse sentido, rememorando que os Indicadores não devem ser avaliados isoladamente nem de forma descontextualizada, mas sim como elementos para reflexões, observa-se que, considerando os dados do SIMEC:

a) o “Custo corrente/aluno equivalente tempo integral” da Unifesp em 2018 foi de R\$ 24.953,28, nono maior dentre as 62 Universidades federais listadas;

b) o indicador “Aluno tempo integral/Número de professores equivalentes” apresentou a relação 13,73, 17º maior;

c) não há dados sobre os indicadores “Conceito CAPES”, “Índice de qualificação do corpo docente (IQCD)” e “Taxa de sucesso na graduação (TSG)” que permitissem uma melhor análise.

VIII. Projetos com Fundações de Apoio

24. Consoante exigido no sistema e-Contas, a Universidade apresentou a planilha de peça 26 com as informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994.

IX. Constatações do Controle Interno

25. O Relatório de Auditoria de Gestão/CGU encontra-se disponível à peça 6, não tendo sido identificada ocorrência de dano ao erário ou irregularidades. Dessa forma, não foram feitas recomendações (peça 6, p. 16).

26. No Certificado de Auditoria Anual de Contas (peça 7), o dirigente da CGU propôs o julgamento pela regularidade das contas de todos os responsáveis.

X. Determinações e recomendações expedidas pelos Órgãos de Controle

27. Conforme o Relatório de Auditoria da CGU, existem dezessete recomendações do Órgão de Controle Interno, em monitoramento, a saber:

a. Sete delas referem-se ao pagamento de adicional de insalubridade, relativas a servidores que não estão expostos aos fatores de risco mencionados no laudo técnico; adicional de insalubridade pago a servidores de área meio; servidores recebem adicional de insalubridade em desvio de função; quatrocentos servidores com atividades em área meio ou de suporte receberam o adicional de insalubridade no mês de dezembro de 2016 (peça 6, p. 9).

b. A CGU recomendou a instituição de controles internos, no sentido de impedir o pagamento do adicional de insalubridade para servidores da área meio. Assim foi designada uma comissão para atender parte das recomendações relativas à concessão de adicionais de insalubridade, periculosidade, radiação ionizante e gratificação por trabalho com raio X ou substâncias radioativas no âmbito da Unifesp (peça 6, p. 10).

c. A entidade constatou e concordou com os fatos apontados pela CGU com a suspensão imediata do pagamento do adicional de insalubridade e estes servidores até que sejam regularizados seus respectivos locais de trabalho, a efetiva exposição aos riscos ocupacionais, correção dos desvios de função, até que sejam revistos estas e outras situações, elaborando um plano de revisão dos laudos técnicos de concessão do adicional de insalubridade dos servidores da Unifesp. Conforme menciona o relatório da CGU, foi atendida pela Unifesp a recomendação no sentido de que fosse interrompido o pagamento do adicional de insalubridade para dois servidores em desvio de função (peça 6, p. 11).

d. Há outras duas recomendações pontuais da área de gestão de pessoas em monitoramento, sendo que uma delas envolve pagamentos de retribuição por titulação e a outra trata de ressarcimento pelo servidor de quantias recebidas indevidamente referente à diferença entre a remuneração no cargo de professor em regime de dedicação exclusiva e a do mesmo cargo em regime de tempo integral (peça 6, p. 11); constatação de ausência de estudos de demanda para projetos de aquisição, construção e reforma de imóveis que deveriam subsidiar os projetos nos processos administrativos (peça 6, p. 13) e aprimoramento dos controles internos para a realização de eventos (peça 6, p. 13).

28. Para a auditoria anual que versa as presentes contas, a CGU selecionou a área de vigilância, referente à contratação realizada pelo Campus São Paulo, vez que cada uma das unidades realiza contratações dessa natureza de forma independente (peça 6, p. 13). Na oportunidade, verificou-se que houve uma evolução em relação ao observado em 2013 (peça 6, p. 15).

29. Em relação a tais determinações e recomendações, cabe consignar que no novo modelo organizacional do Tribunal, consoante diretrizes desta Diretoria Técnica, o acompanhamento das medidas que devem ser adotadas pelas Universidades será realizado prioritariamente nos processos originários ou em autos específicos de monitoramento, o que está aderente ao inciso IV do art. 7º da recente Resolução-TCU 315/2020.

CONCLUSÃO

30. Considerando a análise realizada, bem como a inexistência de recomendações nessas contas para a Unifesp e que a CGU não apontou falhas impactassem na missão da entidade (peça 6, p. 16), propõe-se julgar regulares as contas dos responsáveis abaixo indicados, dando-lhes quitação plena, nos termos dos artigos 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 207 do Regimento Interno do TCU, uma vez que suas contas lograram demonstrar a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficácia, a eficiência e a efetividade de suas gestões na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) no exercício de 2018.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

31. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992

c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU (RITCU), que sejam julgadas regulares as contas dos Sr(a)s Soraya Soubhi Smaili (CPF 103.057.328-03); Nelson Sass (CPF 771.615.808-20); Anderson da Silva Rosa, CPF 314.058.508-09; Pedro Fiori Arantes, CPF 200.309.708-22; Tânia Mara Francisco, CPF 082.992.588-04; Isabel Marian Hartmann de Quadros, CPF 165.016.808-08; Raiane Patrícia Severino Assumpção, CPF 245.777.308-39; Esper Abrao Cavaleiro, CPF 763.105.668-49; Lia Rita Azeredo Bittencourt, CPF 980.505.327-04; Murched Omar Taha, CPF 703.822.478-68;

b) encaminhar cópia do acórdão que vier a ser proferido à Universidade Federal de São Paulo, destacando que o relatório e o voto que o fundamentarem poderão ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o inteiro teor dos autos está disponível na plataforma Conecta-TCU.

Secex Educação, em 26 de junho de 2020.

(Assinado eletronicamente)

MARCO ANTÔNIO BONTEMPO DE MORAES

TEFC – Área Controle Externo - Mat. 1941-0



Tribunal de Contas da União
Secretaria-Geral de Controle Externo

OFÍCIO 48348/2020-TCU/Seproc

Brasília-DF, 8/9/2020.

A Sua Magnificência o(a) Senhor(a)
Reitor(a) da Universidade Federal de São Paulo
Rua Sena Madureira, 1500 - Vila Clementino
04.021-001 - São Paulo - SP

Processo TC 037.067/2019-2

Tipo do processo: Prestação de Contas

Relator do processo: Ministro Walton Alencar Rodrigues

Unidade responsável: Secretaria de Controle Externo da Educação

Assunto: Notificação de acórdão.

Magnífico(a) Reitor(a),

1. Informo Vossa Magnificência do Acórdão 8644/2020-TCU-Primeira Câmara, de relatoria do Ministro Walton Alencar Rodrigues, prolatado na sessão de 18/8/2020, por meio do qual o Tribunal de Contas da União apreciou o processo acima indicado.
2. Encaminho cópia do referido acórdão e da instrução da unidade técnica (peças 27 e 30), cujo inteiro teor também pode ser acessado no Portal do TCU (www.tcu.gov.br).
3. Por fim, solicito especial atenção às informações complementares que acompanham este ofício, bem assim para a necessidade de utilizar os serviços da plataforma Conecta-TCU ou do protocolo eletrônico, acessíveis pelo Portal do TCU (www.tcu.gov.br) para resposta a comunicações e envio de documentos ao Tribunal. Esclarecimentos adicionais quanto ao processo indicado - cujo acesso aos autos também está disponível no Portal - ou à presente comunicação, podem ser obtidos junto à Secretaria de Gestão de Processos (Seproc), em Brasília, telefone (61) 3527-5234, no horário das 13h às 17h, ou pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente

Maryzely Mariano

Chefe do Serviço de Comunicação Processual 1

(Subdelegação de competência: art. 2º, I, da Portaria-Seproc 1/2020)



Tribunal de Contas da União

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- 1) O acesso aos autos pode ser realizado por meio do Portal do TCU (www.tcu.gov.br), ou por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, para as instituições que aderiram à solução, exceto no caso de processos/documentos sigilosos, cujo acesso depende de autorização da autoridade competente. Neste caso, deve ser formulada solicitação específica dirigida ao relator.
- 2) A juntada aos autos do instrumento de mandato, quando a parte for representada por procurador, é pressuposto essencial para a atuação do mandatário no processo, nos termos do artigo 13, § 2º, da Resolução - TCU 36/1995.
- 3) Constitui dever da parte, representante e procurador indicar, no primeiro momento de falar nos autos, o endereço eletrônico e o endereço residencial ou profissional onde receberão as notificações, bem assim atualizar essas informações sempre que ocorrer qualquer modificação temporária ou definitiva, conforme previsto no art. 77, inciso V, do Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Excerto da Relação 27/2020 - TCU – 1ª Câmara

Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 8644/2020 - TCU – 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos (peças 27-30).

1. Processo TC-037.067/2019-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2018)

1.1. Responsáveis: Anderson da Silva Rosa (314.058.508-09); Esper Abrao Cavalheiro (763.105.668-49); Isabel Marian Hartmann de Quadros (165.016.808-08); Lia Rita Azeredo Bittencourt (980.505.327-04); Murched Omar Taha (703.822.478-68); Nelson Sass (771.615.808-20); Pedro Fiori Arantes (200.309.708-22); Raiane Patricia Severino Assumpcao (245.777.308-39); Soraya Soubhi Smaili (103.057.328-03); Tania Mara Francisco (082.992.588-04)

1.2. Entidade: Universidade Federal de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação (SecexEduc).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Dados da Sessão:

Ata nº 28/2020 – 1ª Câmara

Data: 18/8/2020 – Telepresencial

Relator: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Presidente: Ministro BENJAMIN ZYMLER

Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral PAULO SOARES BUGARIN

TCU, em 18 de agosto de 2020.

Documento eletrônico gerado automaticamente pelo Sistema SAGAS

TC 037.067/2019-2

Tipo: Processo de contas anuais, exercício de 2018.

Unidade jurisdicionada: Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Responsáveis: Soraya Soubhi Smaili (CPF 103.057.328-03); Nelson Sass (CPF 771.615.808-20); Anderson da Silva Rosa, CPF 314.058.508-09; Pedro Fiori Arantes, CPF 200.309.708-22; Tânia Mara Francisco, CPF 082.992.588-04; Isabel Marian Hartmann de Quadros, CPF 165.016.808-08; Raiane Patricia Severino Assumpção, CPF 245.777.308-39; Esper Abrao Cavalheiro, CPF 763.105.668-49; Lia Rita Azeredo Bittencourt, CPF 980.505.327-04; Murched Omar Taha, CPF 703.822.478-68.

Proposta: mérito

INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de processo de contas anuais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), relativo ao exercício de 2018. O processo de contas foi organizado de forma individual, conforme classificação constante do art. 5º da então vigente Instrução Normativa-TCU 63/2010 e da Decisão Normativa-TCU 172/2018.
2. O Relatório de Gestão da Universidade encontra-se disponível nestes autos (peça 1).

HISTÓRICO

3. Como consta no Voto do relator Weder de Oliveira no [Acórdão 2607/2010-TCU-Plenário](#), a atuação do Tribunal deve concorrer, por meio do exame e do julgamento das tomadas e das prestação de contas, para o alcance dos objetivos institucionais e dos resultados das unidades jurisdicionadas, formulando encaminhamentos que possam contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública.
4. Assim, a presente análise da prestação de contas dos gestores será realizada enfocando-se os aspectos mais relevantes, de maior risco e de maior materialidade, considerando o Relatório de Gestão da instituição (peça 1), o Relatório de Auditoria nº 201900522, emitido pela Controladoria-Geral da União (CGU) à peça 6, e outros elementos trazidos aos autos, bem como o escopo definido de forma conjunta entre o Tribunal e a CGU (Ata à peça 11), que previa a avaliação da qualidade do gasto com serviços terceirizados, a exemplo de vigilância, apoio administrativo ou limpeza nas Universidades e Institutos Federais.

I. Avaliação da conformidade das peças que compõem o processo

5. A Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) da Universidade, em seu parecer (peça 3), registrou que ante a ausência de evidências de impropriedades nos atos administrativos praticados no exercício de 2018, má fé dos gestores ou indícios de fraude ou prejuízo ao erário, o parecer foi pela regularidade das contas (peça 3, p. 3).
6. O conselho Curador da Unifesp declarou que apreciou o Relatório de Gestão, e que o mesmo foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa em referência, e que, por unanimidade é favorável à aprovação das contas de 2018 (peça 4, p. 2).
7. O Relatório de Instância ou área de correição apresenta informações sobre o quantitativo de processos finalizados em 31/12/2018, informando também o quantitativo de processos com status de andamentos em análise processual, instaurados e em instrução (peça 5, p. 1-4).

8. A Controladoria-Geral da União (CGU), ao examinar a gestão dos responsáveis no relatório de auditoria, concluiu que (peça 6, p. 16):

a. não houve determinações/recomendações do TCU à Unifesp, com determinação específica à CGU para acompanhamento;

b. a Unifesp mantém rotina de acompanhamento das recomendações emanadas pela CGU e que, de acordo com dados levantados no Sistema Monitor, há dezessete recomendações em monitoramento;

c. no que se refere à conformidade das peças da prestação de contas do exercício de 2018, enviadas por meio do sistema e-Contas ao TCU pela Unifesp, constatou-se que o Relatório de Gestão e demais relatórios e pareceres estão em conformidade com as normas e orientações do TCU;

d. dentro do escopo do trabalho realizado, **não foram verificadas falhas** que tivessem impacto no alcance da missão da Unidade;

e. o Rol de Responsáveis está em conformidade com a legislação e com as orientações do e-Contas;

f. O Relatório da CGU não apontou achados, não sendo verificadas falhas. Dessa forma, não foram feitas recomendações (peça 6, p. 16).

9. No Certificado de Auditoria Anual de Contas (peça 7), o dirigente da CGU propôs o julgamento pela Regularidade.

10. O Ministro de Estado da Educação atestou haver regularidade das contas de todos os responsáveis tomado conhecimento das conclusões da CGU (peça 9).

II. Rol de responsáveis

11. Quanto ao rol de responsáveis deste processo (peça 2), considerando a evolução e aperfeiçoamento do modelo de prestação de contas, a necessidade da apresentação das informações sobre a gestão de forma consolidada em nível estratégico da Administração e de forma a garantir a transparência, a credibilidade e a utilidade das prestações de contas, foram mantidos no rol de responsáveis destes autos tão somente o Reitor, dirigente máximo da Universidade, e os ocupantes de cargos de direção no nível de hierarquia imediatamente inferior, quais sejam, o Vice-reitor e os Pró-reitores, consoante análise realizada no termo de peça 14.

III. Processos conexos e contas de exercícios anteriores

12. À peça 15 foram analisados os processos eventualmente conexos às contas ora em análise, concluindo-se que nenhum deles impacta no presente exame e nos encaminhamentos que serão dados.

13. No que tange aos processos de contas de exercícios anteriores já julgados, na mesma peça 15 foi realizado o exame das deliberações proferidas, que, conforme o caso, serão retomadas neste processo caso se identifiquem ocorrências já anteriormente tratadas.

IV. PAINT e RAIN

14. O Plano e o Relatório Anual de Auditoria Interna (Paint e Raint) de 2018 da Universidade constam nas peças 16 e 17 respectivamente.

15. O Paint menciona que foi elaborado com base nas normas editadas pela Secretaria Federal de Controle Interno da CGU e o planejamento dos trabalhos de auditoria foi pautado em matriz de risco com base no histórico e percepções da Unidade de Auditoria Interna (peça 16, p. 2).

16. O Paint menciona que a auditoria interna é atividade independente desenhada para auxiliar a eficácia dos processos de governança interna (peça 16, p. 2), bem como constam informações quanto à sua estrutura (peça 16, p. 1).

17. Consta do Raint que a execução dos trabalhos realizados pela auditoria interna não sofreu

restrição nem influência indevida. Sendo que foi observada a independência e objetividade, nos termos do Intosai GOV 9140 (peça 17, p. 3). Foram realizadas ações de controle do exercício de 2018 sobre avaliação das políticas de governança e gestão de riscos implementados, da gestão da frota de veículos, dos planos de ensino das unidades curriculares dos cursos superiores de tecnologia em Radiologia, tecnologia em Informática em Saúde e Tecnologia Oftálmica (peça 17, p. 3), acompanhamento das recomendações emanadas da Controladoria Geral da União – CGU e monitoramento das recomendações emitidas pela unidade de auditoria interna (peça 17, p. 4).

V. Recomendações do Sistema de Controle Interno

18. Como subsídio à análise destas contas, inseriu-se à peça 18, o relatório do Plano de Providências Permanentes (PPP) da Controladoria-Geral da União.

19. Embora caiba ao Sistema de Controle Interno monitorar suas próprias recomendações, noticia-se que esta Secretaria de Controle Externo da Educação adotará ação na modalidade Acompanhamento para avaliar o atendimento, por todas as 68 Universidades, das medidas indicadas pela CGU e AUDINs.

VI. Governança e Controles Internos

20. Além dos mecanismos de Governança e Controles Internos informados no Relatório de Gestão (peça 1), foram juntados a este processo: Estatuto e Regimento Interno (peça 12); Regimento Interno da Comissão de Ética (peça 19); Plano de Integridade (peça 20); Política de Gestão de Riscos (peça 21); Plano de Desenvolvimento Institucional (peça 22); Relatório de Auto avaliação Institucional (peça 23); Relatório de atividades da Ouvidoria (peça 24).

VII. Indicadores de Gestão

21. Consta neste processo o relatório extraído do sistema SIMEC/Rede Federal acerca dos Indicadores do TCU, previstos na Decisão 408/2002 e atualizados pelos Acórdãos 1043/2006 e 2167/2006, todos do Plenário (peça 25).

22. É importante mencionar que tão logo a situação da pandemia do Novo Corona vírus (Covid 19) permita, será realizada ação de controle para reexame e atualização dos denominados “Indicadores do TCU” das Universidades, conforme proposta de fiscalização autorizada no TC 009.723/2020-0.

23. Nesse sentido, rememorando que os Indicadores não devem ser avaliados isoladamente nem de forma descontextualizada, mas sim como elementos para reflexões, observa-se que, considerando os dados do SIMEC:

a) o “Custo corrente/aluno equivalente tempo integral” da Unifesp em 2018 foi de R\$ 24.953,28, nono maior dentre as 62 Universidades federais listadas;

b) o indicador “Aluno tempo integral/Número de professores equivalentes” apresentou a relação 13,73, 17º maior;

c) não há dados sobre os indicadores “Conceito CAPES”, “Índice de qualificação do corpo docente (IQCD)” e “Taxa de sucesso na graduação (TSG)” que permitissem uma melhor análise.

VIII. Projetos com Fundações de Apoio

24. Consoante exigido no sistema e-Contas, a Universidade apresentou a planilha de peça 26 com as informações sobre os projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994.

IX. Constatações do Controle Interno

25. O Relatório de Auditoria de Gestão/CGU encontra-se disponível à peça 6, não tendo sido identificada ocorrência de dano ao erário ou irregularidades. Dessa forma, não foram feitas recomendações (peça 6, p. 16).

26. No Certificado de Auditoria Anual de Contas (peça 7), o dirigente da CGU propôs o julgamento pela regularidade das contas de todos os responsáveis.

X. Determinações e recomendações expedidas pelos Órgãos de Controle

27. Conforme o Relatório de Auditoria da CGU, existem dezessete recomendações do Órgão de Controle Interno, em monitoramento, a saber:

a. Sete delas referem-se ao pagamento de adicional de insalubridade, relativas a servidores que não estão expostos aos fatores de risco mencionados no laudo técnico; adicional de insalubridade pago a servidores de área meio; servidores recebem adicional de insalubridade em desvio de função; quatrocentos servidores com atividades em área meio ou de suporte receberam o adicional de insalubridade no mês de dezembro de 2016 (peça 6, p. 9).

b. A CGU recomendou a instituição de controles internos, no sentido de impedir o pagamento do adicional de insalubridade para servidores da área meio. Assim foi designada uma comissão para atender parte das recomendações relativas à concessão de adicionais de insalubridade, periculosidade, radiação ionizante e gratificação por trabalho com raio X ou substâncias radioativas no âmbito da Unifesp (peça 6, p. 10).

c. A entidade constatou e concordou com os fatos apontados pela CGU com a suspensão imediata do pagamento do adicional de insalubridade e estes servidores até que sejam regularizados seus respectivos locais de trabalho, a efetiva exposição aos riscos ocupacionais, correção dos desvios de função, até que sejam revistos estas e outras situações, elaborando um plano de revisão dos laudos técnicos de concessão do adicional de insalubridade dos servidores da Unifesp. Conforme menciona o relatório da CGU, foi atendida pela Unifesp a recomendação no sentido de que fosse interrompido o pagamento do adicional de insalubridade para dois servidores em desvio de função (peça 6, p. 11).

d. Há outras duas recomendações pontuais da área de gestão de pessoas em monitoramento, sendo que uma delas envolve pagamentos de retribuição por titulação e a outra trata de ressarcimento pelo servidor de quantias recebidas indevidamente referente à diferença entre a remuneração no cargo de professor em regime de dedicação exclusiva e a do mesmo cargo em regime de tempo integral (peça 6, p. 11); constatação de ausência de estudos de demanda para projetos de aquisição, construção e reforma de imóveis que deveriam subsidiar os projetos nos processos administrativos (peça 6, p. 13) e aprimoramento dos controles internos para a realização de eventos (peça 6, p. 13).

28. Para a auditoria anual que versa as presentes contas, a CGU selecionou a área de vigilância, referente à contratação realizada pelo Campus São Paulo, vez que cada uma das unidades realiza contratações dessa natureza de forma independente (peça 6, p. 13). Na oportunidade, verificou-se que houve uma evolução em relação ao observado em 2013 (peça 6, p. 15).

29. Em relação a tais determinações e recomendações, cabe consignar que no novo modelo organizacional do Tribunal, consoante diretrizes desta Diretoria Técnica, o acompanhamento das medidas que devem ser adotadas pelas Universidades será realizado prioritariamente nos processos originários ou em autos específicos de monitoramento, o que está aderente ao inciso IV do art. 7º da recente Resolução-TCU 315/2020.

CONCLUSÃO

30. Considerando a análise realizada, bem como a inexistência de recomendações nessas contas para a Unifesp e que a CGU não apontou falhas impactassem na missão da entidade (peça 6, p. 16), propõe-se julgar regulares as contas dos responsáveis abaixo indicados, dando-lhes quitação plena, nos termos dos artigos 16, inciso I, e 17 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 207 do Regimento Interno do TCU, uma vez que suas contas lograram demonstrar a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade, a economicidade, a eficácia, a eficiência e a efetividade de suas gestões na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) no exercício de 2018.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

31. Diante do exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992

c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU (RITCU), que sejam julgadas regulares as contas dos Sr(a)s Soraya Soubhi Smaili (CPF 103.057.328-03); Nelson Sass (CPF 771.615.808-20); Anderson da Silva Rosa, CPF 314.058.508-09; Pedro Fiori Arantes, CPF 200.309.708-22; Tânia Mara Francisco, CPF 082.992.588-04; Isabel Marian Hartmann de Quadros, CPF 165.016.808-08; Raiane Patrícia Severino Assumpção, CPF 245.777.308-39; Esper Abrao Cavalheiro, CPF 763.105.668-49; Lia Rita Azeredo Bittencourt, CPF 980.505.327-04; Murched Omar Taha, CPF 703.822.478-68;

b) encaminhar cópia do acórdão que vier a ser proferido à Universidade Federal de São Paulo, destacando que o relatório e o voto que o fundamentarem poderão ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o inteiro teor dos autos está disponível na plataforma Conecta-TCU.

Secex Educação, em 26 de junho de 2020.

(Assinado eletronicamente)

MARCO ANTÔNIO BONTEMPO DE MORAES

TEFC – Área Controle Externo - Mat. 1941-0



PLATAFORMA CONECTA-TCU

TERMO DE CIÊNCIA DE COMUNICAÇÃO

Comunicação: Ofício 48348/2020-Seproc

Assunto: Notificação

Processo: 037.067/2019-2

Órgão/entidade: Universidade Federal de São Paulo

Destinatário: Universidade Federal de São Paulo

Informo ter tomado ciência, nesta data, da comunicação acima indicada dirigida à/ao Universidade Federal de São Paulo pelo Tribunal de Contas da União, por meio da plataforma Conecta-TCU.

Data da ciência: 09/09/2020

(Assinado eletronicamente)

TANIA MARA FRANCISCO

Usuário habilitado a receber e a acessar comunicações pela plataforma Conecta-TCU.